

SUMÁRIO

PARTE 1 – FUNDAMENTOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO, REGIME JURÍDICO E ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	41
TÍTULO I – FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E ELEMENTOS DOGMÁTICOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	41
Capítulo 1 – História e evolução do direito administrativo.....	41
1.1. Perspectiva internacional	42
1.1.1. Período romano antigo.....	42
1.1.2. Feudalismo.....	44
1.1.3. Direito administrativo na Inglaterra	45
1.1.4. Direito administrativo nos Estados Unidos.....	49
1.1.5. Direito administrativo na França	54
1.1.6. Direito administrativo na Itália.....	63
1.1.7. Direito administrativo na Alemanha.....	64
1.1.8. Direito administrativo na União Europeia.....	68
1.2. Perspectiva nacional	69
1.3. Direito administrativo contemporâneo no Brasil	78
1.3.1. Paradigmas atuais	78
1.3.2. Desafios futuros	83
1.4. Direito à boa administração	91
1.5. Direito administrativo global	96
Capítulo 2 – Conceito e objeto do direito administrativo.....	98
2.1. Critérios de definição do direito administrativo.....	98
2.1.1. Critério da Administração Pública	98
2.1.2. Escola do serviço público	100
2.1.3. Escola exegética	102
2.1.4. Critério do poder executivo	102
2.1.5. Critério teleológico.....	103
2.1.6. Critério residual ou negativo	103
2.1.7. Critério das relações jurídicas	103
2.1.8. Critério da administração pública.....	104
2.1.9. Sistematização dos conceitos – quadro esquemático	105
2.1.10. Nossa definição	105
2.2. Direito administrativo e direito da administração pública.....	109
2.3. Objeto do direito administrativo.....	109

Capítulo 3 – Fontes do direito administrativo	111
3.1. Norma jurídica.....	112
3.1.1. Constituição Federal.....	114
3.1.2. Leis	115
3.1.3. Tratados internacionais.....	117
3.1.4. Decretos autônomos	119
3.2. Jurisprudência	121
3.2.1. O papel do Conselho de Estado	122
3.2.1.1. Conselho de Estado francês.....	122
3.2.1.2. Conselho de Estado italiano.....	127
3.2.1.3. Conselho de Estado no Brasil	129
3.3. Precedente	129
3.4. Doutrina	133
3.5. Costume	134
Capítulo 4 – Direito administrativo e interesse jurídico.....	136
4.1. Diferenças e semelhanças.....	136
4.2. Interesse no processo administrativo	142
TÍTULO II – ORDEM JURÍDICO-ADMINISTRATIVA.....	147
Capítulo 5 – Regime jurídico-administrativo	147
5.1. Conceituação	147
5.2. Regime jurídico público e privado.....	149
5.3. Regimes jurídico-administrativos.....	152
5.3.1. Regime jurídico-administrativo romano-germânico (<i>civil law</i>).....	153
5.3.2. Regime jurídico-administrativo anglo-saxão (<i>common law</i>).....	154
5.3.3. Regime jurídico-administrativo brasileiro	155
5.3.4. Perspectivas contemporâneas	156
Capítulo 6 – Princípios administrativos	158
6.1. Introdução e natureza jurídica dos princípios.....	158
6.2. Princípios gerais do direito.....	163
6.3. Princípios administrativos.....	165
6.3.1. Natureza jurídica dos princípios administrativos	165
6.3.2. Conteúdo dos princípios administrativos	166
6.3.3. Eficácia dos princípios administrativos	168
6.3.4. Autonomia dos princípios administrativos em face da legalidade.....	169
6.4. Princípios administrativos expressos no art. 37, “caput”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	171
6.4.1. Princípio da legalidade.....	172
6.4.1.1. Considerações iniciais	172
6.4.1.2. Tipicidade, tipificação, conceito e tipo.....	173

6.4.1.3.	Definições ao princípio da legalidade	176
6.4.1.4.	Lei	181
6.4.1.5.	Bloco de legalidade	183
6.4.1.6.	Legalidade: respeito à lei e ao direito – supremacia da lei.....	186
6.4.1.7.	Exceções ao princípio da legalidade ou à lei formal	187
6.4.1.8.	Legalidade e reserva de lei.....	192
6.4.1.9.	Legalidade e Estado de Direito	195
6.4.1.10.	Nível de detalhamento do princípio da legalidade.....	198
6.4.1.11.	Controle da legalidade.....	201
6.4.1.12.	Evolução e perspectiva contemporânea da legalidade	204
6.4.2.	Princípio da impessoalidade	209
6.4.2.1.	Conceito e elementos dogmáticos do princípio da impessoalidade.....	209
6.4.2.2.	Princípio da impessoalidade no direito estrangeiro.....	209
6.4.2.3.	Fundamentos ao princípio da impessoalidade	211
6.4.2.4.	Efeitos do princípio da impessoalidade	214
6.4.3.	Princípio da moralidade.....	216
6.4.3.1.	Percurso da construção do princípio da moralidade administrativa.....	217
6.4.3.2.	Interpretação do princípio da moralidade – definição de seu conteúdo	225
6.4.3.2.1.	Primeira pergunta – a moralidade administrativa confunde-se com a moralidade comum?	226
6.4.3.2.2.	Segunda pergunta – a moralidade administrativa possui autonomia para com o princípio da legalidade?	227
6.4.3.2.3.	Moralidade administrativa e abuso de direito.....	234
6.4.3.2.4.	Moralidade como “superprincípio”	235
6.4.3.2.5.	Moralidade e probidade administrativas.....	237
6.4.3.2.6.	Outras concepções do princípio da moralidade.....	238
6.4.3.2.7.	Síntese conclusiva	239
6.4.4.	Princípio da publicidade.....	243
6.4.4.1.	Objetivos e efeitos do princípio da publicidade	246
6.4.4.2.	Formas de publicidade.....	247
6.4.4.3.	Níveis de publicidade.....	251
6.4.4.3.1.	Conteúdo formal	251
6.4.4.3.2.	Conteúdo material ou substancial	252
6.4.4.4.	O princípio da publicidade no direito positivo	254
6.4.4.5.	Relativização da publicidade dos atos administrativos	257
6.4.5.	Princípio da eficiência	260
6.4.5.1.	Antecedentes.....	260
6.4.5.2.	Perspectiva internacional.....	261

6.4.5.3.	Perspectiva nacional.....	263
6.4.5.4.	Conteúdo do princípio da eficiência.....	264
6.4.5.5.	Eficiência, eficácia e efetividade.....	270
6.4.5.6.	Mecanismos para a implementação do princípio da eficiência ..	270
6.4.5.6.1.	Agência executiva e contrato de gestão ou de desempenho	273
6.5.	Princípios administrativos implícitos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	275
6.5.1.	Princípio da indisponibilidade do interesse público	275
6.5.1.1.	Interesse público.....	276
6.5.1.1.1.	Primeiras considerações: interesse público primário e secundário	276
6.5.1.1.2.	Outras considerações sobre o interesse público.....	278
6.5.1.1.3.	Conclusões parciais	287
6.5.1.2.	Princípio da indisponibilidade	289
6.5.1.2.1.	Implicações práticas.....	290
6.5.1.2.2.	Uso da arbitragem nos negócios jurídicos-administrativos	293
6.5.1.3.	“Princípio da supremacia do interesse público”	297
6.5.1.4.	Fixação de elementos dogmáticos – síntese conclusiva	302
6.5.2.	Princípio da igualdade.....	304
6.5.3.	Princípio da razoabilidade e/ou da proporcionalidade	310
6.5.3.1.	Antecedentes históricos.....	310
6.5.3.2.	Conteúdo da razoabilidade	316
6.5.3.2.1.	Perspectiva norte-americana	316
6.5.3.2.2.	Perspectiva brasileira	318
6.5.4.	Princípio da participação	319
6.5.4.1.	Conceito.....	319
6.5.4.2.	Concretização do princípio da participação por meio de vários dispositivos constitucionais	320
6.5.4.3.	Manifestações do princípio da participação no direito estrangeiro.....	322
6.5.4.4.	“Efeitos colaterais” do princípio da participação.....	323
6.5.4.5.	Formas de participação	323
6.5.4.6.	Perspectiva contemporânea acerca do princípio da participação.....	324
6.5.5.	Princípio da segurança jurídica.....	326
6.5.5.1.	Sentido objetivo	329
6.5.5.2.	Sentido subjetivo	330
6.6.	Princípios administrativos expressos na legislação	333

TÍTULO III – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AGENTES PÚBLICOS E PROIBIDAÇÃO DE ADMINISTRATIVA.....	335
---	------------

Capítulo 7 – Administração Pública.....	335
7.1. Premissas teóricas	335
7.1.1. Sentidos, noções ou concepções do termo “administração pública”	335
7.1.2. Administração pública e governo	338
7.1.3. Estado e Administração Pública	339
7.2. Estrutura orgânica da Administração Pública	341
7.2.1. Entidades ou pessoas jurídicas da Administração Pública.....	341
7.2.2. Órgãos públicos	343
7.2.2.1. Teorias que explicam o órgão.....	344
7.2.2.2. Características do órgão público.....	347
7.2.2.3. Espécies de órgãos públicos	348
7.2.2.4. Teoria da personificação do órgão.....	350
7.2.2.5. Criação de órgãos públicos – desconcentração ou especialização.....	351
7.2.3. Formas estruturais da Administração Pública	352
7.3. Administração Pública direta e indireta.....	357
7.3.1. Relação entre os entes da Administração direta e indireta – poder de tutela, controle técnico, controle finalístico ou controle ministerial.....	358
7.3.2. Administração Pública direta.....	359
7.3.3. Administração Pública indireta	361
7.3.3.1. Criação de entidades da Administração Pública indireta – descentralização.....	362
7.3.3.2. Espécies de entidades da Administração Pública indireta.....	363
7.3.3.2.1. Autarquia.....	364
7.3.3.2.1.1. Conceito e natureza jurídica da autarquia	364
7.3.3.2.1.2. Espécies de autarquia.....	366
7.3.3.2.1.3. Agências reguladoras.....	375
7.3.3.2.1.3.1. Origem das agências reguladoras no exterior	375
7.3.3.2.1.3.2. Origem e características das agências reguladoras no Brasil.....	377
7.3.3.2.1.3.3. Requisitos para ser membro de Conselho Diretor ou de Diretoria da Agência Reguladora.....	380
7.3.3.2.1.3.4. Natureza jurídica das agências reguladoras...	382
7.3.3.2.1.3.5. Autonomia da agência reguladora.....	383

7.3.3.2.1.3.6.	Funções das agências reguladoras.....	385
7.3.3.2.1.3.7.	Espécies de agência reguladora.....	387
7.3.3.2.2.	Fundação pública.....	388
7.3.3.2.2.1.	Conceito de fundação pública	389
7.3.3.2.2.2.	Natureza jurídica da fundação pública	390
7.3.3.2.3.	Empresas estatais.....	391
7.3.3.2.3.1.	Exploração de atividade econômica pelo Estado ou intervenção direta na economia.....	393
7.3.3.2.3.2.	Criação de empresas estatais e de subsidiárias.....	394
7.3.3.2.3.3.	Licitações das empresas estatais.....	396
7.3.3.2.3.4.	Regime de pessoal das empresas estatais.....	397
7.3.3.2.3.5.	Extinção das empresas estatais.....	398
7.3.3.2.3.6.	Controle das empresas estatais	398
7.3.3.2.3.7.	Prerrogativas de Fazenda Pública aplicadas à determinadas empresas estatais.....	400
7.3.3.2.3.8.	Empresa pública.....	402
7.3.3.2.3.9.	Sociedade de economia mista	403
7.3.3.2.3.10.	Empresa ou sociedade controlada pela Administração Pública	405
7.3.3.2.4.	Associações constituídas a partir de consórcios públicos	407
7.3.3.2.4.1.	Conceito de associação derivada de consórcio público.....	408
7.3.3.2.4.2.	Espécies de associação derivada de consórcio público.....	409
7.3.3.2.4.3.	Procedimento de constituição da associação derivada de consórcio público	412
7.3.3.2.4.4.	Prerrogativas da associação derivada do contrato de consórcio público.....	413
7.3.3.2.4.5.	Extinção do consórcio ou a retirada de um dos seus membros.....	414
Capítulo 8 – Agentes públicos.....		415
8.1.	Conceito e elementos de agente público	415
8.2.	Relação jurídica do agente público para com o Estado e investidura.....	417
8.3.	Agente ou funcionário público de fato	419
8.4.	Classificação dos agentes públicos.....	420
8.4.1.	As várias classificações de agentes públicos.....	420
8.4.2.	A nossa classificação	423
8.5.	Agentes políticos.....	425
8.6.	Militares	427
8.6.1.	Classificação e espécies de militares	427
8.6.2.	Estatuto das corporações militares.....	427

8.6.3.	Patentes militares.....	428
8.6.4.	Vedações constitucionais aos militares	428
8.7.	Particulares em colaboração	429
8.8.	Agentes administrativos.....	432
8.8.1.	Contratação temporária ou por tempo determinado.....	432
8.8.1.1.	Conceito.....	433
8.8.1.2.	Requisitos à contratação temporária.....	433
8.8.1.3.	Direitos dos contratados temporariamente.....	435
8.8.1.4.	Competência para julgamento	436
8.8.2.	Servidor público detentor de emprego público	437
8.8.3.	Servidor público detentor de cargo público.....	439
8.8.3.1.	Cargo de confiança, cargo em comissão ou cargo não estável ..	441
8.8.3.1.1.	Conceito	441
8.8.3.1.2.	Requisitos para a criação.....	442
8.8.3.1.3.	Diferenças para com a Função Gratificada ou Função de Confiança	442
8.8.3.2.	Cargo de provimento efetivo.....	443
8.8.4.	Acumulação de cargos e de empregos públicos.....	444
8.8.4.1.	Possibilidades de acumulação de cargos ou empregos públicos.....	445
8.8.4.2.	Requisitos à acumulação de cargos ou empregos públicos	446
8.8.4.3.	Providências quando há a acumulação indevida	447
8.8.5.	Regime jurídico único.....	448
8.8.6.	Regime jurídico dos servidores públicos estatutários civis.....	449
8.8.6.1.	Institutos relativos ao regime estatutário civil.....	450
8.8.6.2.	Formas de provimento de cargos públicos – acesso aos cargos públicos.....	456
8.8.6.2.1.	Acesso aos cargos públicos por brasileiros e estrangeiros.....	457
8.8.6.2.2.	Provimento originário – nomeação.....	458
8.8.6.2.3.	Provimentos derivados	462
8.8.6.2.4.	Posse e exercício	466
8.8.6.3.	Concurso público.....	469
8.8.6.3.1.	Evolução histórica.....	469
8.8.6.3.2.	Conceito	469
8.8.6.3.3.	Fases do concurso público	470
8.8.6.3.4.	Crerios de seleção	471
8.8.6.3.5.	Prazo de validade e prorrogação de concurso público.....	479
8.8.6.3.6.	Número de vagas oferecidas no edital e direito à nomeação.....	480
8.8.6.3.7.	Edital do concurso público	483

8.8.6.3.8.	Contratação violando a obrigatoriedade de se fazer concurso público	485
8.8.6.4.	Estágio probatório e estabilidade.....	485
8.8.6.5.	Sistema remuneratório	488
8.8.6.5.1.	Sistema de remuneração ou vencimento.....	488
8.8.6.5.2.	Sistema de subsídio	490
8.8.6.5.3.	Proibição de vinculação ou de equiparação de remunerações.....	491
8.8.6.5.4.	Revisão anual das remunerações dos servidores públicos	493
8.8.6.5.5.	Irredutibilidade de vencimentos.....	493
8.8.6.5.6.	Valores recebidos indevidamente.....	496
8.8.6.6.	Teto remuneratório	497
8.8.6.6.1.	Limites impostos pelo teto remuneratório	499
8.8.6.6.2.	Quem se submete ao teto remuneratório	500
8.8.6.6.3.	O que se inclui no limite do teto remuneratório	500
8.8.6.7.	Direito de greve do servidor público estatutário.....	500
8.8.6.8.	Formas de vacância de cargo público – desligamento do servidor público	502
8.8.6.9.	Proibição de nepotismo.....	503
8.8.6.10.	Responsabilidade do servidor público estatutário	505
8.8.6.10.1.	Proibições e deveres dos servidores públicos.....	505
8.8.6.10.2.	Penas disciplinares aplicadas aos servidores públicos.....	506
8.8.6.10.3.	Prescrição das penas disciplinares.....	509
8.8.6.10.4.	Processo administrativo disciplinar	509
8.8.7.	Regime próprio de previdência	516
8.8.7.1.	Introdução à seguridade social.....	516
8.8.7.2.	Aposentadoria e pensão.....	519
8.8.7.3.	Evolução do regime próprio de previdência.....	520
8.8.7.4.	Regime de previdência complementar	523
8.8.7.5.	Perspectiva contemporânea do regime próprio de previdência ...	524

Capítulo 9 – Probidade administrativa..... 525

9.1.	Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92.....	529
9.1.1.	Previsão normativa.....	529
9.1.2.	Conceito de improbidade administrativa e natureza jurídica.....	531
9.1.2.1.	Conceito.....	531
9.1.2.2.	Lei nº 8.429/92 faz parte de um sistema	532
9.1.2.3.	Natureza jurídica.....	533
9.1.3.	Princípios que regem a Lei de Improbidade Administrativa.....	534
9.1.4.	Bens jurídicos protegidos pela Lei de Improbidade Administrativa.....	536
9.1.5.	Teoria da independência relativa de esferas.....	537

9.1.6.	Sujeito passivo do ato de improbidade – vítima do ato – quem pode sofrer o ato	544
9.1.7.	Sujeito ativo do ato de improbidade – autor do ato – quem pode praticar o ato.....	545
9.1.7.1.	Pessoa jurídica	548
9.1.7.2.	Sucessores (herdeiros) do agente que cometeu ato de improbidade ou diante de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária	549
9.1.7.3.	Agentes políticos	552
9.1.8.	Tipos ou infrações que caracterizam atos de improbidade.....	553
9.1.8.1.	Enriquecimento ilícito derivado de vantagem indevida	553
9.1.8.2.	Lesão ao erário.....	554
9.1.8.3.	Violação aos princípios.....	555
9.1.9.	Premissas hermenêuticas ou fatos que devem ou não devem ser consideradas na decisão de uma ação de improbidade	558
9.1.10.	Sistema probatório nas ações de improbidade.....	561
9.1.11.	Penas pela prática de ato de improbidade administrativa	562
9.1.11.1.	Espécies de penas.....	562
9.1.11.2.	Aplicação e gradação das penas	563
9.1.11.2.1.	Aplicação das penas.....	564
9.1.11.2.2.	Gradação ou individualização das penas	565
9.1.11.2.3.	Impossibilidade de execução de penas antes do trânsito em julgado	569
9.1.11.2.4.	Espécies de pena	570
9.1.11.2.4.1.	Perda da função pública.....	570
9.1.11.2.4.2.	Multa.....	571
9.1.11.2.4.3.	Proibição de contratar com a Administração Pública	571
9.1.11.2.4.4.	Ressarcimento do dano	572
9.1.11.2.4.5.	Suspensão de direitos políticos	572
9.1.11.2.4.6.	Penas aplicadas às pessoas jurídicas.....	572
9.1.11.2.5.	Bagatela ou insignificância	573
9.1.12.	Elemento subjetivo da improbidade administrativa.....	574
9.1.12.1.	Evolução	574
9.1.12.2.	Elementos constitutivos do dolo na improbidade administrativa.....	575
9.1.12.3.	Impossibilidade de punição por divergência de interpretação – “ilícito de hermenêutica”	578
9.1.13.	Aspectos processuais da improbidade administrativa	579
9.1.13.1.	Competência jurisdicional para conhecer a ação de improbidade administrativa.....	579
9.1.13.2.	Legitimidade ativa nas ações de improbidade administrativa....	581

9.1.13.3.	Defesa do acusado pela Advocacia Pública.....	582
9.1.13.4.	Rito processual das ações de improbidade administrativa	582
9.1.13.5.	Petição inicial.....	583
9.1.13.6.	Sucessão de atos processuais	584
9.1.13.7.	Decisão final.....	589
9.1.13.8.	Acordo de não persecução cível.....	590
9.1.14.	Medidas cautelares na ação de improbidade administrativa	593
9.1.14.1.	Indisponibilidade de bens.....	594
9.1.14.2.	Afastamento cautelar das funções.....	602
9.1.15.	Prescrição da pretensão punitiva em casos de improbidade administrativa....	602
9.1.15.1.	Prescrição da ação de improbidade	602
9.1.15.2.	Prazos para investigação dos atos de improbidade administrativa	604
9.1.15.3.	Imprescritibilidade da reparação do dano – art. 37, § 5º, da CF/88.....	605
9.2.	Lei anticorrupção – Lei nº 12.846/13.....	607
9.2.1.	Natureza jurídica da Lei nº 12.846/2013.....	607
9.2.2.	Âmbito de incidência da Lei nº 12.846/2013	608
9.2.3.	Objeto da Lei Anticorrupção.....	609
9.2.4.	Sujeito ativo – aquele que pratica o ato ilícito.....	609
9.2.5.	Sujeito passivo – aquele que sofre o ato ilícito.....	610
9.2.6.	Regime de responsabilidade adotado pela Lei nº 12.846/2013	611
9.2.7.	Atos ilícitos – tipificação	612
9.2.8.	Procedimento administrativo da Lei Anticorrupção	613
9.2.9.	Procedimento judicial da Lei Anticorrupção.....	616
9.2.10.	Penalidades aplicáveis pela Lei Anticorrupção.....	617
9.2.10.1.	Penas administrativas	617
9.2.10.2.	Penas judiciais	619
9.2.11.	Acordo de leniência previsto da Lei Anticorrupção	620
9.2.12.	Prescrição dos atos puníveis pela Lei Anticorrupção	622
9.2.13.	Programa de integridade ou <i>compliance</i>	623
PARTE 2 – RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS UNILATERAIS E OS MEIOS DE CONTROLE		627
TÍTULO I – DIREITO SUBJETIVO E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA		627
Capítulo 10 – Direito subjetivo no âmbito do direito administrativo.....		627
10.1.	Introdução	627
10.2.	Direito subjetivo	628
10.2.1.	Conceituação quanto ao objeto tutelado.....	628
10.2.2.	Conceituação quanto à finalidade	629

10.2.3. Conceituação quanto à justificação	629
10.3. Direito subjetivo e direito objetivo	629
10.4. Direito subjetivo e direito potestativo	634
10.5. Direito público subjetivo.....	635
10.6. Direitos subjetivos do Estado.....	637
10.7. Redução do problema aos limites da competência administrativa	639
10.8. Direitos debilitados.....	641
10.9. Reflexões complementares	642
Capítulo 11 – Estado e função administrativa.....	642
11.1. Introdução	642
11.2. Função	646
11.3. Função pública	647
11.3.1. Sentido amplo	648
11.3.2. Sentido estrito	649
11.3.3. Sentido super-restrito	650
11.4. Função administrativa.....	650
11.4.1. Critério residual (negativista).....	653
11.4.2. Critério subjetivo ou orgânico.....	653
11.4.3. Critério objetivo ou funcional	654
11.4.3.1. Critério objetivo-material.....	655
11.4.3.2. Critério objetivo-formal	657
11.4.4. Nossa definição	657
Capítulo 12 – Funções administrativas específicas	664
12.1. Considerações sobre o exercício das funções administrativas	664
12.2. Poder Executivo e função administrativa	667
12.3. Prerrogativas ou potestades administrativas.....	669
12.4. Teoria dos poderes implícitos	670
12.5. A Teoria do “poder-dever” ou do “dever-poder”	670
12.6. Classificação das funções administrativas.....	671
12.7. Funções introversas.....	672
12.7.1. Função hierárquica.....	674
12.7.1.1. Conceito de função hierárquica	675
12.7.1.2. Faculdades advindas da função hierárquica.....	677
12.7.1.3. Dever e excludentes da função hierárquica.....	678
12.7.1.4. Características da função hierárquica	678
12.7.2. Função disciplinar	679
12.7.2.1. Conceito e objeto da função disciplinar	679
12.7.2.2. Exercício da função disciplinar	679
12.7.2.3. Princípio da intranscendência na aplicação de penas adminis- trativas.....	681

12.8. Funções extroversas.....	681
12.8.1. Função de polícia.....	682
12.8.1.1. Antecedentes históricos.....	682
12.8.1.2. Conceito de função de polícia.....	684
12.8.1.3. Objeto da função de polícia.....	685
12.8.1.4. Atuação de polícia.....	688
12.8.1.5. Características da função de polícia.....	690
12.8.1.6. Classificação e espécies de função de polícia.....	690
12.8.1.6.1. Quanto à especificidade ou generalidade.....	690
12.8.1.6.2. Quanto ao momento em que atua.....	691
12.8.1.7. Titulares do exercício da função de polícia.....	692
12.8.1.8. Delegação do exercício da função de polícia a particulares.....	693
12.8.1.8.1. Exercício dos atos materiais de polícia por particulares.....	694
12.8.1.8.2. Exercício dos atos de polícia por particulares.....	694
12.8.1.9. Distinções necessárias para com a função de polícia.....	697
12.8.1.9.1. Distinção da função de polícia e o direito de vizinhança.....	697
12.8.1.9.2. Diferença da função de polícia e o serviço público..	698
12.8.1.9.3. Diferença ente polícia judiciária e administrativa....	699
12.8.2. Função regulamentar.....	701
12.8.2.1. Precisoões semântico-dogmáticas sobre o tema.....	701
12.8.2.2. Conceito de função regulamentar.....	704
12.8.2.3. Natureza jurídica.....	705
12.8.2.4. Limites à função regulamentar.....	707
12.8.2.5. Exercício da função regulamentar.....	709
12.8.2.5.1. Regulamentação <i>secundum legem</i> – regulamentos executivos.....	711
12.8.2.5.2. Regulamentação <i>intra legem</i> – regulamentos delegados ou autorizados.....	713
12.8.2.5.3. Regulamentação <i>praeter legem</i> – regulamentos autônomos.....	719
12.8.2.5.4. Síntese conclusiva.....	722
12.8.2.6. Manifestações concretas da função regulamentar – espécies de atos normativos infralegais.....	723
12.8.2.6.1. Decreto e regulamento.....	723
12.8.2.6.2. Resolução.....	725
12.8.2.6.3. Instrução.....	725
12.8.2.6.4. Portaria.....	726
12.8.2.6.5. Deliberação.....	726
12.8.2.6.6. Regimento.....	727
12.8.2.7. Função regulamentar no direito estrangeiro.....	727

TÍTULO II – RELAÇÕES JURÍDICAS UNILATERAIS.....	731
Capítulo 13 – Ato administrativo.....	731
13.1. Introdução ao ato administrativo.....	731
13.2. Inserção do ato administrativo nos domínios do fato jurídico <i>lato sensu</i>	732
13.2.1. Princípio da relatividade do suporte fático.....	737
13.2.2. Fato administrativo ou fato jurídico <i>stricto sensu</i>	737
13.2.3. Ato administrativo como categoria do ato jurídico <i>stricto sensu</i>	740
13.3. Silêncio administrativo.....	742
13.3.1. Silêncio administrativo no direito estrangeiro.....	743
13.3.2. Natureza jurídica e efeitos do silêncio administrativo.....	744
13.3.3. Perspectiva contemporânea acerca do silêncio administrativo.....	748
13.3.4. O direito de injunção administrativa e soluções brasileiras à omissão administrativa.....	750
13.3.5. Exemplos de silêncio administrativo no sistema jurídico brasileiro.....	752
13.4. Atos administrativos e atos da administração.....	753
13.4.1. Espécies de atos da Administração – não são atos administrativos – margem negativa.....	755
13.4.1.1. Atos legislativos e judiciais.....	755
13.4.1.2. Atos políticos ou atos de governo.....	756
13.4.1.2.1. Evolução e desenvolvimento do ato político ou de governo.....	756
13.4.1.2.2. Elementos dogmáticos e conceituação dos atos políticos ou de governo.....	763
13.4.1.3. Atos de gestão ou atos regidos pelo direito privado e praticados pela Administração Pública.....	766
13.4.1.4. Atos materiais – mera operacionalização.....	769
13.4.1.5. Atos regulamentares.....	771
13.4.1.5.1. Atos administrativos intermediários.....	774
13.4.1.6. Contratos administrativos.....	775
13.5. Conceituação dos atos administrativos.....	775
13.5.1. Conceitos encontrados na doutrina em geral.....	775
13.5.2. Estruturação dogmática dos pressupostos do conceito de ato administrativo – margem positiva.....	785
13.5.2.1. Ato administrativo é ato jurídico <i>stricto sensu</i>	787
13.5.2.2. Exercício da função administrativa.....	788
13.5.2.3. Unilateralidade do ato administrativo.....	788
13.5.2.4. Concretude.....	789
13.5.2.5. Expedido no uso das prerrogativas públicas.....	790
13.5.2.6. Praticado pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes.....	790
13.5.2.7. Implementação do interesse público.....	790
13.5.2.8. Sujeição a um regime jurídico-administrativo.....	791

13.5.3. Síntese conclusiva – encaminhamento de um conceito de ato administrativo.....	791
13.6. Elementos do ato administrativo.....	793
13.6.1. Competência ou sujeito.....	795
13.6.1.1. Conceito.....	795
13.6.1.2. Competência e capacidade do agente público.....	799
13.6.1.3. Classes de competências – limitações	801
13.6.1.4. Teoria do paralelismo das competências	802
13.6.1.5. Vício de competência – a incompetência.....	802
13.6.1.5.1. Espécies de vício de competência – espécies de incompetência	803
13.6.1.5.2. Excesso de poder	804
13.6.1.6. Modificação das competências administrativas.....	806
13.6.1.6.1. Delegação de competência.....	806
13.6.1.6.1.1. Espécies de delegação.....	809
13.6.1.6.1.2. Competências indelegáveis.....	810
13.6.1.6.1.3. Subdelegação	811
13.6.1.6.2. Avocação de competência.....	813
13.6.1.6.3. Circunstâncias excepcionais que modificam a competência.....	815
13.6.1.7. Suspensão provisória da competência	815
13.6.2. Forma.....	816
13.6.2.1. Formalidade	818
13.6.2.1.1. Formalidade e procedimento	819
13.6.2.2. Forma: elemento discricionário ou vinculado?	820
13.6.2.3. Vícios da forma.....	821
13.6.2.3.1. Classificação da forma quanto ao vício jurídico	823
13.6.2.4. Teoria do paralelismo das formas	824
13.6.3. Finalidade.....	825
13.6.3.1. Desvio de finalidade ou de poder.....	827
13.6.3.1.1. Perspectiva estrangeira.....	827
13.6.3.1.2. Perspectiva brasileira	831
13.6.3.1.3. Síntese conclusiva – perspectiva contemporânea ...	833
13.6.3.1.4. Desvio de finalidade específico ou genérico	841
13.6.3.1.5. Desvio de finalidade e controle de constitucionalidade	842
13.6.3.1.6. Desvio de finalidade por omissão.....	843
13.6.3.1.7. A intenção no desvio de finalidade – móvel do ato administrativo.....	843
13.6.3.1.8. Prova do desvio de finalidade	844
13.6.4. Motivo.....	845

13.6.4.1.	Pressupostos do motivo do ato administrativo e erro de fato ou de direito	847
13.6.4.2.	Defeito no elemento motivo	849
13.6.4.3.	Controle judicial dos motivos do ato administrativo	850
13.6.4.4.	Teoria dos motivos determinantes	851
13.6.4.5.	Motivação	854
13.6.4.5.1.	Motivação referida ou aliunde	858
13.6.4.5.2.	Motivação: um problema de forma ou de conteúdo?	859
13.6.4.5.3.	Obrigatoriedade ou não de se motivar todos os atos administrativos	859
13.6.4.6.	Móvel do ato administrativo	864
13.6.5.	Objeto	866
13.7.	Prerrogativas e sujeições administrativas, atributos ou características do ato administrativo	868
13.7.1.	Presunção de legitimidade	871
13.7.1.1.	Finalidades da presunção de legitimidade	873
13.7.1.2.	Efeitos da presunção de legitimidade	874
13.7.1.3.	Desnecessidade de previsão expressa	877
13.7.2.	Imperatividade	878
13.7.2.1.	Atos administrativos sem imperatividade	879
13.7.2.2.	Perspectiva contemporânea	880
13.7.3.	Autoexecutoriedade	881
13.7.3.1.	Executoriedade e exigibilidade	882
13.7.3.2.	Conceito	884
13.7.3.3.	Elementos dogmáticos da autoexecutoriedade	886
13.7.3.4.	Autoexecutoriedade e descumprimento da lei	888
13.7.3.5.	Judicialização ou processualização da autoexecutoriedade	889
13.8.	Classificação dos atos administrativos	890
13.8.1.	Crítério do sentido do ato – ato administrativo material ou formal	891
13.8.2.	Crítério do regime jurídico – ato administrativo de império, de gestão ou de expediente	891
13.8.3.	Crítério dos destinatários – ato administrativo geral ou individual	894
13.8.4.	Crítério do âmbito de repercussão – ato administrativo interno ou externo	896
13.8.5.	Crítério dos tipos de efeitos – ato administrativo constitutivo, declaratório ou enunciativo	897
13.8.6.	Crítério da duração dos efeitos – ato administrativo instantâneo ou contínuo	898
13.8.7.	Crítério dos efeitos do ato em relação ao cidadão – ato administrativo ampliativo ou ablativo	898
13.8.8.	Crítério da exequibilidade – ato administrativo perfeito, imperfeito, pendente ou consumado	900

13.8.9. Critério do ajuste de vontades – ato administrativo negocial ou não negocial.....	901
13.8.10. Critério da competência – ato administrativo discricionário e vinculado	902
13.8.11. Critério da natureza da atividade – ato administrativo ativo, consultivo, verificador ou contencioso.....	903
13.8.12. Critério da forma – ato administrativo escrito ou verbal.....	904
13.8.13. Critério da originalidade do objeto – ato administrativo primário ou secundário	904
13.8.14. Critério da natureza da relação – ato administrativo de subordinação ou de coordenação	904
13.8.15. Critério da existência – ato administrativo integrado ou incompleto	905
13.8.16. Critério da validade – ato administrativo válido, inválido ou validável	905
13.8.17. Critério da presença de eficácia – ato administrativo eficaz ou ineficaz.....	906
13.8.18. Critério da estrutura – ato concreto, abstrato ou misto	906
13.8.19. Critério da formação – ato administrativo simples, complexo ou composto ...	909
13.8.19.1. Início do prazo de decadência no ato administrativo complexo e composto – início do aperfeiçoamento do ato	913
13.8.19.2. Atos de verificação dos tribunais de contas.....	913
13.8.19.3. Vícios jurídicos nos atos administrativos complexos	914
13.9. Espécies de atos administrativos	915
13.9.1. Atos administrativos enunciativos	916
13.9.1.1. Apostila.....	917
13.9.1.2. Atestado.....	917
13.9.1.3. Certidão	918
13.9.1.4. Visto.....	919
13.9.1.5. Informação	919
13.9.1.6. Parecer.....	920
13.9.1.6.1. O parecer seria verdadeiro ato administrativo?.....	921
13.9.1.6.2. Estrutura e forma do parecer.....	922
13.9.1.6.3. Espécies de parecer	924
13.9.1.6.3.1. Parecer facultativo.....	925
13.9.1.6.3.2. Parecer obrigatório ou necessário ...	925
13.9.1.6.3.3. Parecer vinculante	925
13.9.1.6.3.4. Parecer normativo	926
13.9.1.6.4. Responsabilidade dos pareceristas.....	927
13.9.2. Atos administrativos negociais.....	930
13.9.2.1. Admissão	933
13.9.2.2. Aprovação	934
13.9.2.3. Homologação.....	934
13.9.2.4. Visto.....	935
13.9.2.5. Registro	935
13.9.2.6. Licença	935

13.9.2.7.	Concessão.....	937
13.9.2.8.	Permissão.....	938
13.9.2.9.	Autorização	939
13.9.2.10.	Alvará	944
13.9.2.11.	Dispensa.....	944
13.9.2.12.	Renúncia.....	945
13.9.3.	Atos ordinatórios – medidas de ordem interior – medidas internas	946
13.9.3.1.	Circular	948
13.9.3.2.	Instrução	949
13.9.3.3.	Diretiva	950
13.9.3.4.	Ordem de serviço.....	952
13.9.3.5.	Ofícios	952
13.9.4.	“Atos administrativos normativos” ou “regulamentares”	952
13.10.	Discricionariedade e vinculação administrativas.....	953
13.10.1.	Precisão teórica-dogmática.....	953
13.10.2.	Vinculação administrativa	955
13.10.3.	Discricionariedade administrativa.....	957
13.10.3.1.	Reserva de administração	957
13.10.3.2.	Critérios constitutivos e definição da discricionariedade administrativa	959
13.10.3.3.	Mérito do ato administrativo	965
13.10.3.4.	Fundamentos lógico-jurídicos à discricionariedade administrativa.....	966
13.10.3.5.	Limites à atuação discricionária.....	966
13.10.3.6.	Elementos da discricionariedade administrativa.....	968
13.10.3.7.	Capacidade de agir a partir da discricionariedade	968
13.10.3.8.	Discricionariedade e arbitrariedade	969
13.10.3.9.	Vícios ligados à discricionariedade	970
13.10.3.10.	Discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados	971
13.10.3.11.	O problema da “discricionariedade técnica”	980
13.10.3.12.	Discricionariedade e o princípio da igualdade	985
13.10.3.13.	Discricionariedade e interesse público.....	986
13.10.3.14.	A ideia de se “superar” a dicotomia entre os atos puramente discricionários e vinculados.....	988
13.10.3.15.	Discricionariedade seletiva e normativa.....	990
13.11.	Planos do ato administrativo – existência, validade, eficácia e perfeição	990
13.11.1.	Plano da existência do ato administrativo	995
13.11.2.	Plano da validade do ato administrativo.....	1000
13.11.3.	Plano da eficácia do ato administrativo	1001
13.11.3.1.	Elementos que podem obstar a eficácia dos atos administrativos.....	1001
13.11.3.2.	O tempo dos atos administrativos.....	1004

13.11.4. Plano da perfeição do ato administrativo.....	1007
13.12. Sistema de nulidades do ato administrativo	1009
13.12.1. Aplicação do sistema de nulidades do direito civil ao regime jurídico administrativo.....	1009
13.12.2. Sistema de nulidades do regime jurídico administrativo	1013
13.12.2.1. Perspectiva internacional.....	1014
13.12.2.2. Perspectiva nacional.....	1016
13.12.3. Espécies e possibilidades de nulidade do ato administrativo	1023
13.12.3.1. Nulidade absoluta ou apenas nulidade	1029
13.12.3.2. Nulidade relativa ou apenas anulabilidade	1033
13.12.3.3. Irregularidade	1035
13.12.4. O problema da nulidade parcial	1036
13.12.5. Reaquisição da validade e ferramentas jurídicas de correção dos vícios jurídicos do ato administrativo.....	1036
13.12.5.1. Convalidação.....	1038
13.12.5.1.1. Formas de se convalidar um ato administrativo.....	1038
13.12.5.1.2. Pressupostos lógicos da convalidação.....	1039
13.12.5.1.3. Pressupostos jurídicos da convalidação – elementos nucleares.....	1040
13.12.5.1.4. A convalidação seria ato vinculado ou discricionário?.....	1041
13.12.5.1.5. Legitimados a praticarem a convalidação	1043
13.12.5.2. Conversão	1043
13.12.5.3. Estabilização	1044
13.12.5.4. Decadência	1045
13.12.5.4.1. Pressupostos jurídicos da decadência – elementos nucleares.....	1048
13.12.5.4.2. Decadência administrativa do direito de reconhecer nulidade que deriva da violação de norma constitucional.....	1049
13.12.6. Instituto da <i>pas de nullité sans grief</i> aplicado ao direito administrativo	1050
13.13. Extinção dos atos administrativos.....	1053
13.13.1. Extinção objetiva ou natural	1055
13.13.1.1. Quando há exaurimento dos efeitos	1055
13.13.1.2. Quando há o desaparecimento do sujeito beneficiário ou do objeto do ato administrativo.....	1056
13.13.2. Extinção subjetiva ou provocada.....	1056
13.13.2.1. Por ato do cidadão	1056
13.13.2.1.1. Renúncia.....	1057
13.13.2.1.2. Recusa.....	1057
13.13.2.2. Por retirada ou por ato da Administração Pública.....	1057
13.13.2.2.1. Revogação.....	1058

13.13.2.2.1.1.A peculiaridade do art. 71, § 2º, da Lei nº 14.133/21 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos	1060
13.13.2.2.1.2.Objeto da revogação dos atos administrativos	1061
13.13.2.2.1.3.Atos administrativos irrevogáveis	1062
13.13.2.2.1.4.Efeitos <i>ex nunc</i> (prospectivos) da revogação	1064
13.13.2.2.1.5.Forma da revogação.....	1065
13.13.2.2.1.6.Revogação da revogação do ato administrativo – efeito repristinatório...	1065
13.13.2.2.1.7.Revogação e autolimitação administrativa.....	1066
13.13.2.2.1.8.Revogação de atos administrativos que geram vantagens ao particular..	1068
13.13.2.2.2. Anulação.....	1069
13.13.2.2.2.1.Efeitos <i>ex tunc</i> (retroativos) da anulação.....	1073
13.13.2.2.2.2.Modulação dos efeitos da anulação do ato administrativo – declaração parcial de ilegalidade sem pronúncia de nulidade.....	1074
13.13.2.2.2.3.Diferenças entre a revogação e a anulação.....	1076
13.13.2.2.3. Cassação.....	1079
13.13.2.2.4. Caducidade ou decaimento.....	1080
13.13.2.2.5. Contraposição ou derrubada	1083
Capítulo 14 – Controle dos atos administrativos	1083
14.1. Evolução do controle dos atos administrativos no Brasil.....	1086
14.2. Classificação do controle dos atos administrativos	1088
14.2.1. Quanto ao âmbito de atuação do órgão que controla.....	1089
14.2.2. Quanto ao momento.....	1090
14.2.3. Quanto ao poder que pratica o ato	1090
14.2.4. Quanto ao controle feito entre a Administração Pública direta e indireta.....	1092
14.2.5. Quanto à iniciativa ou quanto à voluntariedade do controle	1092
14.2.6. Quanto ao conteúdo.....	1093
14.3. Controle da discricionariedade administrativa.....	1093
14.4. Controle judicial de atos políticos ou de governo	1103
14.5. Possibilidade ou não de o administrador público deixar de aplicar uma lei porque a considera inconstitucional.....	1104
14.6. Perspectiva contemporânea acerca do controle dos atos administrativos	1108
PARTE 3 – PROCESSO ADMINISTRATIVO, RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS BILATERAIS E EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1111

TÍTULO I – PROCESSUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.....	1111
Capítulo 15 – Processo administrativo	1111
15.1. Processo e procedimento.....	1112
15.2. Devido processo legal administrativo.....	1114
15.3. Fins do processo administrativo	1117
15.4. Aplicabilidade das leis do processo administrativo	1117
15.5. Classificações do processo administrativo.....	1120
15.6. Processo administrativo federal – Lei nº 9.784/99	1120
15.6.1. Princípios jurídicos aplicáveis ao processo administrativo.....	1121
15.6.2. Direitos e deveres da Administração Pública e do cidadão	1122
15.6.3. Início do processo administrativo	1123
15.6.4. Legitimados ao processo administrativo.....	1125
15.6.5. Forma, tempo e lugar dos atos do processo.....	1127
15.6.6. Fases do processo administrativo	1132
15.6.7. Decisão e motivação do processo administrativo.....	1133
15.6.7.1 Decisão coordenada	1138
15.6.8. Decadência e convalidação	1140
15.6.9. Fase recursal do processo administrativo.....	1140
15.6.10. Contagem de prazos no processo administrativo.....	1145
Capítulo 16 – Licitações públicas.....	1145
16.1. Evolução das licitações públicas.....	1145
16.2. Licitações públicas no direito estrangeiro	1148
16.3. Relevância das licitações públicas	1149
16.4. Aspectos econômicos das licitações públicas	1150
16.5. Previsão constitucional sobre as licitações públicas.....	1152
16.6. Entidades e órgãos públicos submetidos à Lei nº 14.133/21	1153
16.6.1. Entidades e órgãos públicos atingidos pela Lei nº 14.133/21	1153
16.6.2. Entidades e órgãos públicos não atingidos pela Lei nº 14.133/21.....	1154
16.7. Competência para legislar sobre licitações e contratos administrativos.....	1156
16.8. Conceito de licitação pública.....	1157
16.9. Natureza jurídica da licitação pública.....	1159
16.10. Objeto da licitação pública.....	1160
16.11. Objetivos das licitações públicas	1161
16.11.1. Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública	1162
16.11.2. Isonomia	1163
16.11.3. Evitar contratações com sobrepreço, com preços manifestamente inexequíveis e com superfaturamento	1164
16.11.4. Incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável	1165
16.12. Pressupostos da licitação pública.....	1167

16.13. Princípios da licitação pública.....	1168
16.14. Contratação direta.....	1173
16.14.1. Licitação dispensada.....	1174
16.14.2. Licitação dispensável.....	1176
16.14.3. Licitação inexigível.....	1187
16.15. Procedimentos licitatórios ou modalidades de licitação.....	1195
16.15.1. Fases ou etapas da licitação.....	1195
16.15.2. Espécies de procedimento ou modalidades.....	1200
16.15.2.1. Pregão e concorrência.....	1201
16.15.2.1.1. Forma dos procedimentos.....	1201
16.15.2.1.2. Modos de disputa.....	1202
16.15.2.1.3. Pregão.....	1203
16.15.2.1.4. Concorrência.....	1205
16.15.2.2. Concurso.....	1207
16.15.2.3. Leilão.....	1208
16.15.2.4. Diálogo competitivo.....	1210
16.15.2.4.1. Introdução.....	1210
16.15.2.4.2. Aplicação do diálogo competitivo.....	1211
16.15.2.4.3. Procedimento do diálogo competitivo.....	1211
16.16. Tipos de licitação ou critérios de seleção da proposta mais vantajosa.....	1214
16.17. Comissão de licitação, agente da licitação e agente de contratação.....	1216
16.17.1. Agente da licitação e agente de contratação.....	1216
16.17.2. Comissão de licitação.....	1218
16.18. Institutos relevantes nas licitações.....	1218
16.18.1. Exigência de amostras.....	1218
16.18.2. Certificados de qualidade.....	1219
16.18.3. Contratação integrada e semi-integrada.....	1219
16.18.4. Fornecimento e prestação de serviço associado.....	1222
16.18.5. Orçamento sigiloso.....	1223
16.18.6. Remuneração variável.....	1224
16.19. Procedimentos auxiliares.....	1225
16.19.1. Credenciamento.....	1226
16.19.2. Pré-qualificação.....	1227
16.19.3. Procedimento de manifestação de interesse.....	1229
16.19.4. Sistema de registro de preços.....	1231
16.19.5. Registro cadastral.....	1238
16.20. Microempresas e empresas de pequeno porte e a licitação pública.....	1239
16.21. Encerramento da licitação.....	1241
Capítulo 17 – Contratos administrativos.....	1242
17.1. Introdução e evolução do tema.....	1242
17.2. Perspectiva nacional e internacional.....	1244

17.2.1.	A experiência francesa.....	1245
17.2.2.	A experiência do <i>common law</i>	1249
17.2.3.	A experiência alemã	1250
17.2.4.	A experiência da União Europeia	1253
17.2.5.	A experiência brasileira.....	1255
17.3.	Conceito de contratos administrativos.....	1256
17.3.1.	Elementos constitutivos do conceito.....	1257
17.3.1.1.	Elementos nucleares.....	1258
17.3.1.2.	Elementos completantes.....	1259
17.3.1.2.1.	Presença da Administração Pública como parte da relação contratual.....	1260
17.3.1.2.2.	Objeto do contrato administrativo compreende uma atividade e/ou função administrativa	1263
17.3.1.2.3.	Presença de cláusulas exorbitantes ou do regime derogatório.....	1264
17.3.1.2.3.1.	Origem.....	1265
17.3.1.2.3.2.	Definição das cláusulas exorbitantes ou regime derogatório	1266
17.3.1.3.	Sistematizando os elementos do contrato administrativo	1269
17.3.1.4.	Análise crítica – perspectiva contemporânea acerca dos contratos administrativos	1271
17.3.2.	Teoria da inexistência de contratos administrativos como categoria própria.....	1276
17.4.	Contratos da administração.....	1278
17.4.1.	Tratados internacionais.....	1280
17.4.2.	Convênios	1281
17.4.3.	Atos administrativos negociais.....	1284
17.5.	Competência para legislar sobre contratos administrativos	1286
17.6.	Características dos contratos administrativos	1286
17.6.1.	Contrato de adesão	1286
17.6.2.	Natureza personalíssima ou <i>intuitu personae</i>	1287
17.6.3.	Oneroso.....	1287
17.6.4.	Bilateral.....	1288
17.6.5.	Comutativo.....	1288
17.6.6.	Formal.....	1288
17.7.	Regime jurídico das prerrogativas do contrato administrativo	1288
17.7.1.	Mutabilidade do contrato	1288
17.7.1.1.	Causas de mutabilidade dos contratos administrativos	1290
17.7.1.1.1.	Álea administrativa	1290
17.7.1.1.1.1.	Alteração unilateral	1291
17.7.1.1.1.2.	Fato do príncipe	1295
17.7.1.1.1.3.	Fato da administração.....	1296

17.7.1.1.2.	Álea econômica	1297
	17.7.1.1.2.1. Situações relevantes no âmbito da álea econômica	1297
	17.7.1.1.2.2. Teoria da imprevisão	1299
17.7.1.2.	Limites à modificação dos contratos administrativos	1301
	17.7.1.2.1. Equilíbrio econômico-financeiro.....	1303
	17.7.1.2.2. Metodologia para se promover o reequilíbrio eco- nômico-financeiro	1310
	17.7.1.2.3. Formas de restabelecimento do equilíbrio econô- mico-financeiro	1311
	17.7.1.2.3.1. Revisão.....	1312
	17.7.1.2.3.2. Repactuação.....	1313
	17.7.1.2.3.3. Reajuste.....	1313
	17.7.1.2.3.4. Sistematizando.....	1316
17.7.1.3.	Matriz de risco.....	1317
17.7.2.	Exigência de garantias.....	1319
17.7.3.	Extinção unilateral dos contratos administrativos	1323
17.7.4.	Fiscalização.....	1324
17.7.5.	Aplicação de penalidades – sanções administrativas.....	1327
	17.7.5.1. Procedimento para aplicação das sanções administrativas.....	1339
	17.7.5.2. Prescrição das sanções administrativas	1340
	17.7.5.3. Comunicação das penalidades ao Cadastro Nacional de Em- presas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	1341
	17.7.5.4. Desconsideração da personalidade jurídica	1341
17.7.6.	Restrições ao uso da exceção do contrato não cumprido.....	1342
17.7.7.	Retomada do objeto.....	1344
17.7.8.	Anulação do contrato e direito de indenização do contratado	1345
17.7.9.	Antecipação de pagamentos	1348
17.8.	Formalização	1349
17.9.	Prazo dos contratos administrativos.....	1352
	17.9.1. Premissas dogmáticas preliminares	1352
	17.9.2. Prazos contratuais – regra geral e exceções.....	1353
	17.9.3. Prazo de execução – prazo de entrega do objeto contratual e adimplemen- to	1355
	17.9.4. Recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar instrumento equiva- lente	1356
17.10.	Espécies de contrato administrativo.....	1357
	17.10.1. Contrato de obra pública.....	1359
	17.10.2. Contrato de prestação de serviços em geral	1363
	17.10.3. Contrato de fornecimento	1365
	17.10.4. Contrato de delegação.....	1367

17.10.4.1.	Contrato de concessão de serviço público.....	1368
17.10.4.2.	Contrato de concessão de serviço público precedido de obra....	1368
17.10.4.3.	Contrato de permissão de serviço público.....	1369
17.10.4.4.	Contrato de ocupação de bem público ou contrato de atribuição.....	1369
17.10.4.5.	Parceria Público-Privada (PPP).....	1370
17.10.4.5.1.	Introdução.....	1370
17.10.4.5.2.	Histórico das Parcerias Público-Privadas.....	1371
17.10.4.5.3.	Natureza jurídica da Parceria Público-Privada.....	1372
17.10.4.5.4.	Objeto da Parceria Público-Privada.....	1373
17.10.4.5.5.	Características da Parceria Público-Privada.....	1373
17.10.4.5.6.	Espécies da Parceria Público-Privada.....	1374
17.10.4.5.7.	Remuneração do parceiro privado.....	1377
17.10.4.5.8.	Licitação para Parceria Público-Privada.....	1378
17.10.4.5.9.	Limites contratuais das Parcerias Público-Privadas.....	1379
17.10.4.5.10.	Gestão das Parcerias Público-Privadas – Sociedade de Propósito Específico – SPE.....	1381
17.10.4.5.11.	Garantias às Parcerias Público-Privadas.....	1381
17.10.5.	Outras espécies de contratos administrativos.....	1383
17.11.	Execução dos contratos administrativos.....	1383
17.11.1.	Subcontratação.....	1384
17.11.2.	Recebimento do objeto do contrato administrativo.....	1387
17.12.	Responsabilidade civil contratual.....	1388
17.13.	Arbitragem em contratos administrativos.....	1392
17.13.1.	Evolução do tema.....	1393
17.13.2.	Arbitragem no âmbito da Administração Pública – perspectiva contemporânea.....	1395
17.14.	Extinção dos contratos administrativos.....	1395
17.14.1.	Extinção pela execução do contrato – cumprimento.....	1397
17.14.2.	Extinção por inexecução do contrato – resolução.....	1397
17.14.2.1.	Resolução voluntária.....	1397
17.14.2.2.	Resolução involuntária.....	1398
17.14.3.	Extinção por vontade das partes – resilição.....	1398
17.14.4.	Extinção por ocorrência de ilegalidade – anulação.....	1400
Capítulo 18 – Entidades em colaboração com o Estado – Terceiro Setor.....		1400
18.1.	Introdução – os Setores.....	1400
18.2.	Entes privados associados em colaboração com o Poder Público.....	1402
18.2.1.	Organização Social (OS).....	1403
18.2.2.	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	1406
18.2.3.	Organização da Sociedade Civil (OSC).....	1407

18.2.3.1.	Instrumentos para celebração de parcerias entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil	1411
18.2.3.2.	Chamamento público	1412
18.2.3.3.	Plano de trabalho	1413
18.2.3.4.	Julgamento e homologação.....	1415
18.2.4.	Serviços sociais autônomos, ou “Sistema ‘S’”, ou paraestatais	1415
18.2.5.	Organização Gestora de Fundo Patrimonial (OGFP).....	1419
18.2.5.1.	Conceito e finalidade	1419
18.2.5.2.	Personagens ou instituições relacionadas e ajuste entre elas...	1419
18.2.5.3.	Objeto da OGFP.....	1421
18.2.6.	Escritório de Arrecadação e Distribuição (ECAD)	1421
Capítulo 19 – Bens públicos ou domínio patrimonial.....		1422
19.1.	Evolução do tema.....	1422
19.2.	Definição jurídico-dogmática de “bem público”	1424
19.3.	Classificação dos bens públicos.....	1428
19.3.1.	Quanto à titularidade – critério subjetivo.....	1428
19.3.2.	Quanto à finalidade ou à destinação – critério objetivo	1433
19.4.	Características dos bens públicos.....	1436
19.4.1.	Imprescritibilidade dos bens públicos.....	1438
19.4.2.	Inalienabilidade dos bens públicos	1439
19.4.3.	Impenhorabilidade dos bens públicos	1439
19.5.	Uso de bem público por particular	1440
19.5.1.	Uso oneroso ou remunerado, e uso gratuito ou não remunerado de bem público	1441
19.5.2.	Uso normal ou ordinário, e uso anormal ou extraordinário de bem público ..	1444
19.5.3.	Uso comum e uso especial, ou privativo, ou exclusivo de bem público	1445
19.5.3.1.	Uso comum de bem público.....	1445
19.5.3.2.	Uso privativo ou exclusivo	1445
19.5.3.2.1.	Reconhecimento de uso de bem público	1446
19.5.3.2.2.	Licença de uso de bem público	1447
19.5.3.2.3.	Cessão de uso de bem público.....	1447
19.5.3.2.4.	Autorização de uso de bem público.....	1448
19.5.3.2.5.	Permissão de uso de bem público	1448
19.5.3.2.6.	Concessão de uso de bem público.....	1449
19.5.3.2.7.	Concessão de direito real de uso de bem público ...	1450
TÍTULO II – ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		1451
Capítulo 20 – Serviços públicos		1451
20.1.	Conceito de serviço público.....	1451
20.1.1.	Crítérios à definição de “serviço público”	1452
20.1.2.	Sentidos ao termo “serviço público”	1455

20.1.3.	Serviço público de “caráter constitucional” e serviço público de “caráter administrativo”	1456
20.1.4.	Definição contemporânea de “serviço público”	1457
20.1.5.	Criação de serviços públicos	1459
20.2.	Serviço público no direito estrangeiro	1461
20.2.1.	França	1461
20.2.2.	Alemanha.....	1465
20.2.3.	Itália	1467
20.2.4.	Estados Unidos e o “serviço de utilidade pública” ou “public utility”	1468
20.3.	Classificação dos serviços públicos	1469
20.3.1.	Quanto à amplitude das atividades	1470
20.3.2.	Quanto à titularidade	1470
20.3.3.	Quanto aos usuários ou à divisibilidade	1474
20.3.4.	Quanto à exclusividade da prestação.....	1475
20.3.5.	Quanto à natureza	1477
20.3.6.	Outras classificações	1478
20.4.	Princípios do serviço público.....	1478
20.4.1.	Princípio da continuidade do serviço público	1479
20.4.2.	Princípio da regularidade	1480
20.4.3.	Princípio da eficiência	1480
20.4.4.	Princípio da segurança.....	1480
20.4.5.	Princípio da atualidade	1481
20.4.6.	Princípio da generalidade	1481
20.4.7.	Princípio da cortesia	1482
20.4.8.	Princípio da modicidade das tarifas	1482
20.4.9.	Princípio da participação dos usuários do serviço público.....	1483
20.5.	Interrupção do serviço público	1484
20.6.	Aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei nº 8.078/90 – aos serviços públicos.....	1487
20.7.	Estatuto do Usuário de Serviços Públicos – Lei nº 13.460/17	1489
20.8.	Descentralização de serviço público.....	1492
20.8.1.	Descentralização por outorga e por delegação.....	1493
20.8.2.	Delegação de serviços públicos	1495
20.8.3.	Concessão, permissão e autorização de serviços públicos	1496
20.8.4.	Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de delegação.....	1501
20.8.5.	Política tarifária nas delegações de serviço público	1504
20.8.6.	Gestão da delegação – execução, terceirização, subconcessão, transferência.....	1505
20.8.6.1.	Subconcessão.....	1506
20.8.6.2.	Terceirização das atividades-meio	1507
20.8.6.3.	Transferência da delegação.....	1507

20.8.6.4.	Assunção do controle acionário da empresa	1509
20.8.7.	Extinção da delegação de serviços públicos	1510
Capítulo 21 – Intervenção do estado na propriedade alheia ou domínio eminente.....		1513
21.1.	Direito de propriedade e intervenção do Estado	1513
21.2.	Fundamento à intervenção do Estado na propriedade alheia.....	1514
21.3.	Competência para legislar sobre a intervenção do Estado na propriedade alheia.....	1517
21.4.	Espécies de intervenção na propriedade alheia.....	1518
21.4.1.	Confisco.....	1520
21.4.1.1.	Conceito de confisco.....	1520
21.4.1.2.	Casos em que pode ocorrer confisco	1520
21.4.1.3.	Efeito do confisco	1520
21.4.1.4.	Objeto do confisco.....	1521
21.4.1.5.	Confisco de bem do terceiro de boa-fé	1521
21.4.2.	Desapropriação.....	1521
21.4.2.1.	Previsão normativa	1522
21.4.2.2.	Legitimidade no âmbito da desapropriação	1523
21.4.2.3.	Espécies de desapropriação.....	1527
21.4.2.3.1.	Desapropriação direta	1527
21.4.2.3.1.1.	Desapropriação ordinária	1527
21.4.2.3.1.2.	Desapropriação extraordinária	1528
21.4.2.3.2.	Desapropriação indireta.....	1530
21.4.2.4.	Objeto da desapropriação	1534
21.4.2.5.	Procedimento da ação de desapropriação.....	1536
21.4.2.6.	Juros e correção monetária na desapropriação.....	1543
21.4.2.7.	Honorários na desapropriação	1546
21.4.2.8.	Desapropriação por zona	1546
21.4.2.9.	Aquisição da propriedade pela desapropriação.....	1547
21.4.2.10.	Tredestinação, adestinação e desdestinação	1548
21.4.3.	Requisição administrativa	1552
21.4.4.	Limitação administrativa	1556
21.4.5.	Servidão administrativa	1559
21.4.6.	Tombamento	1561
21.4.7.	Ocupação temporária.....	1569
21.4.8.	Sistematizando.....	1570
21.5.	Autointervenção.....	1571
Capítulo 22 – Responsabilidade civil extracontratual do Estado		1571
22.1.	Evolução da responsabilidade civil extracontratual do Estado	1572
22.1.1.	Irresponsabilidade civil do Estado.....	1573
22.1.2.	Responsabilidade civil do Estado	1574
22.1.2.1.	Teoria subjetiva – responsabilidade civil subjetiva	1575

22.1.2.2.	Teoria do risco administrativo – responsabilidade civil objetiva...	1576
22.1.2.3.	Teoria do risco integral – responsabilidade civil integral.....	1577
22.2.	Legitimidade para ser responsabilizado.....	1582
22.2.1.	Direito de o Estado demandar, em regresso, o agente público causador do dano	1583
22.2.2.	Ação judicial proposta diretamente contra o agente público.....	1585
22.3.	Elementos dogmáticos da responsabilidade civil extracontratual e objetiva do Estado	1588
22.3.1.	Conduta.....	1588
22.3.2.	Nexo de causa	1589
22.3.3.	Dano	1594
22.4.	Reparação.....	1595
22.5.	Prescrição das pretensões de responsabilidade civil por dano extracontratual do Estado	1597
22.6.	Casuística – análise de situações específicas	1599
22.6.1.	Responsabilidade por atos lícitos e ilícitos	1599
22.6.2.	Responsabilidade por ação ou por omissão	1601
22.6.3.	Responsabilidade fora do campo de ação do poder executivo	1605
22.6.3.1.	Responsabilidade por atos legislativos	1605
22.6.3.2.	Responsabilidade por atos judiciais.....	1607
22.6.4.	Falecimento de detento dentro de estabelecimento prisional.....	1609
22.6.5.	Condições desumanas em estabelecimento prisional.....	1610
22.6.6.	Fuga de preso e responsabilidade civil do Estado.....	1611
22.6.7.	Responsabilidade civil do Estado em relação a atos lesivos praticados por notário ou registrador – delegado de função	1612
22.6.8.	Responsabilidade civil da concessionária de serviço público.....	1613
REFERÊNCIAS.....		1615
ÍNDICE.....		1655